
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

15
Setembro
2017

CLIP PING



TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

ESPERANDO POR VOCÊ

700 interessados em adoção tardia após campanha

Dos 24 jovens que participaram da mobilização, 21 tiveram propostas de adoção

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

De um lado, um jovem pede: "eu quero ter uma família". Do outro, um adulto almeja: "eu quero ter um filho". Então, por que não unir as duas pontas para que os sonhos se transformem em famílias de verdade? No Espírito Santo, o impulso que faltava para isso acontecer foi dado pela campanha de adoção tardia "Esperando por Você".

Promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), ela foi responsável por atrair olhares de todos os cantos para a causa. Desde maio, quando foi lançada, 747 brasileiros (residentes no Brasil e em outros paí-

PARTICIPE

▼ **Esperando por Você**
Em maio deste ano, a campanha de adoção foi lançada pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

▼ **Resultados**
Das 24 crianças e adolescentes que participaram, 21 receberam manifestações de interesse

ses) manifestaram interesse em adotar crianças, em sua maioria, entre 10 e 17 anos de idade. E o sucesso vai além: dos 24 jovens que dela participaram, 21 receberam propostas de adoção, sendo que três já estão em suas novas casas, enquanto quatro

por adoção. Ao todo, 747 e-mails foram enviados à Ceja. Três jovens já estão em processo de adoção, quatro estão em fase de aproximação familiar.

▼ **Atualmente**
Existem 110 crianças aptas para adoção: 95 delas possuem mais de 10 anos; 14 têm entre 2 e 9 anos e uma tem menos de 2 anos.

começam a se aproximar de suas futuras famílias.

Com sorrisos largos, os próprios adolescentes deram o tom da campanha. Em vídeos na internet, eles falaram sobre seus planos e sobre a vontade de saírem do abrigo para um lar. Entre



Crianças se abraçam em abrigo: maioria apta a ser adotada tem mais de 10 anos

eles, está a Raiane, 15, que apesar de querer ser modelo, diz sonhar em ter "uma mãe, um pai, um irmão e uma irmã". Estão também os irmãos Rian e Ícaro, de 10 e 11 anos, que têm a esperança de ganhar uma família "para amar e respeitar".

Ao invés de finais, a ideia é criar começos, ou recomeços, felizes, a exemplo do que foi mostrado no programa Profissão Repórter, da TV Globo, na última terça-feira, que relatou a história de um casal que en-

controu seu filho através da campanha. "Quando a gente viu nosso filho, a gente imediatamente falou: vamos lá", lembra o pai.

"A maioria das pessoas que nos procuraram já são habilitadas a adotar, só que não haviam tido a oportunidade de conhecer as crianças. Eles olharam e se identificaram", diz a juíza Janete Pantaleão, que é membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), de onde surgiu a campanha.

Ainda assim, o abismo entre o número de crianças menores que são adotadas e o de crianças maiores permanece. Dos 110 meninos e meninas aptos a serem adotados no Estado, 95 têm mais de 10 anos. Por isso, a campanha deve continuar. "Muitas pessoas têm medo de adotar os mais velhos com medo da adaptação. Mas, na maioria das vezes ela é muito positiva, principalmente quando a vontade da adoção parte do adolescente", incentiva Janete.

CHICO GUEDES/ARQUIVO

Pastor entra na Justiça para não pagar pedágio

ARQUIVO PESSOAL

▄ O frequente número de mortes na BR 101 e a intenção de não cumprir toda a duplicação da rodovia prevista em contrato pela Eco101 deixou muitos capixabas indignados. Tanto, que alguns deles decidiram entrar na Justiça para não pagar pedágio.

Opsicanalista e pastor José Francisco Veloso, de 70 anos, viaja pelo Estado para dar palestras e cursos. Somente no mês de setembro já desembolsou cerca R\$ 100 em pedágios na BR 101, mas acha que a empresa não deve continuar cobrando.

Dessa forma, ele entrou na Justiça Federal no Estado do Espírito Santo contra a Eco101 e a União Federal para que ele deixe de pagar o pedágio até que a concessionária cumpra o que foi proposto no contrato, ou seja, duplicar os 460 km de via no Espírito Santo. “A Justiça Federal tem que proteger o cidadão desta empresa, estamos sendo roubados”.

Atualmente, a cobrança



Veloso já gastou R\$ 100 em pedágio este mês

de pedágio é feita em sete pontos. Em contrapartida, é estabelecido no contrato que a Eco101 deve duplicar toda a BR 101. Até o momento nenhum quilômetro duplicado foi entregue.

Quem compartilha do mesmo pensamento é o pastor Sandro Aurélio Santos, que está preparando a documentação para entrar na Justiça e parar de pagar pedágio. “Precisamos minimizar os estragos duplicando, mas até que alguma providência seja tomada, não acho justo pagar pedágio”, finaliza o pastor Santos.

Pastor entra na Justiça para não pagar pedágio na BR 101

A intenção é parar de pagar o pedágio até que a Eco101 cumpra o que foi proposto no contrato, ou seja, duplicar todos os 460 km de via no Espírito Santo

O frequente número de mortes na BR 101 e a intenção da Eco101 de não cumprir toda a duplicação da rodovia prevista em contrato deixou alguns capixabas indignados. Tanto, que alguns deles decidiram entrar na Justiça para não pagar pedágio.

O psicanalista e pastor José Francisco Veloso, de 70 anos, mora em Vila Velha há 12 anos e viaja pelo Estado para dar palestras e cursos. Somente no mês de setembro já desembolsou cerca R\$ 100 em pedágios na BR 101, mas acha um absurdo continuar pagando.

Dessa forma, ele entrou na Justiça Federal no Estado do Espírito Santo contra a Eco 101 e a União Federal para que ele deixe de pagar o pedágio até que a Eco 101 cumpra o que foi proposto no contrato, ou seja, duplicar todos os 460 km de via no Espírito Santo.

O que o fez tomar a atitude foi o último acidente em Mimoso do Sul, que deixou 11 mortos. Ele acrescenta que a rodovia tem trechos altamente perigosos com dezenas de acidentes durante todo o mês.

“A Justiça Federal tem que proteger o cidadão desta empresa, estamos sendo roubados. Cobram pedágio e já arrecadaram milhões, mas não fazem o que foi previsto em contrato. O povo já não aguenta mais ser chantageado”, desabafa.

O psicanalista, que já foi Deputado Estadual do Rio de Janeiro entre 1994 a 1998, já passou por um situação parecida. Na década de 1990, quando a ponte Rio-Niterói estava em responsabilidade de uma concessionária, decidiu entrar na Justiça. “Primeiro a concessionária tinha que consertar a ponte e depois cobrar pedágio. Como estavam fazendo tudo ao contrário, consegui a suspensão”, explica.

BR 101

Atualmente, a cobrança de pedágio é feita em sete pontos: Serra, Guarapari, Pedro Canário, São Mateus, Aracruz, Itapemirim e Mimoso do Sul e foram arrecadados R\$ 550 milhões. Em contrapartida, é estabelecido no contrato de concessão que até o sexto ano, 2019, 177,9 quilômetros deveriam ser duplicados. O mesmo deveria acontecer com pelo menos 90% da rodovia até 2023. Até o momento nenhum quilômetro duplicado foi entregue.

Quem compartilha do mesmo pensamento é o pastor Sandro Aurélio Santos, que está preparando a documentação para também entrar na Justiça e se livrar do pedágio até que a Eco 101 decida cumprir o que está previsto no contrato.

Ele aponta que presencia uma série de irregularidades todas as vezes que passa pela rodovia: ultrapassagem indevida em faixa contínua, carreta visivelmente com carga acima do permitido e mal amarrada e animais na pista.

“A duplicação, fiscalização e a diminuição no número de imprudência dos motoristas poderia evitar mortes. Precisamos minimizar os estragos duplicando, mas até que alguma providência seja tomada, não acho justo pagar pedágio”, finaliza o pastor Santos.

LISTA DE ENDEREÇOS

Divulgação de quem não liga esgoto continua na promessa

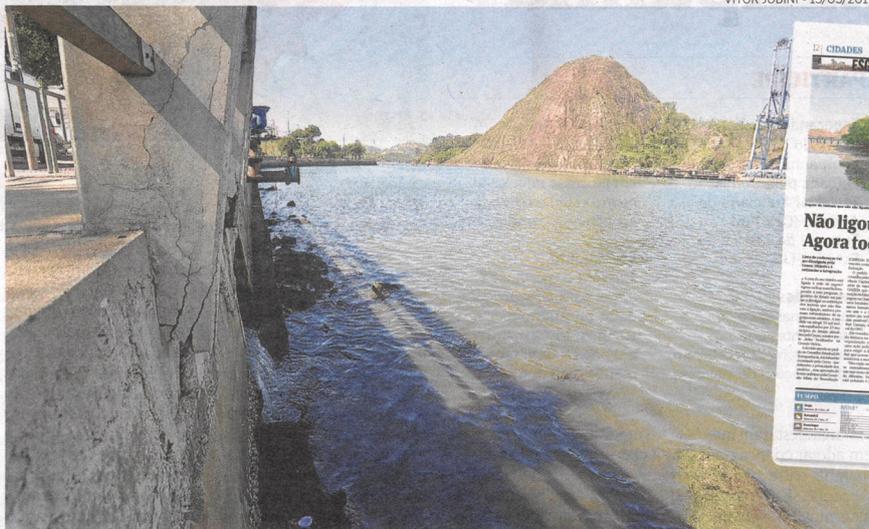
Relação de imóveis foi prometida pelo governo no mês passado, mas não tem data para sair

▲ TATIANA MOURA
tmoura@redgazeta.com.br

O governo do Estado ainda não definiu a data para divulgar os endereços dos imóveis que não se ligaram à rede de esgoto da Cesan, embora possuam infraestrutura de esgotamento sanitário à disposição. A divulgação foi anunciada no mês passado como uma medida inédita de transparência. A consulta pública aberta pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp), que vai definir as regras dessa divulgação, deveria ser encerrada no último dia 2, mas foi prorrogada para o próximo dia 18.

A Arsp informou que o prazo foi estendido devido à relevância do tema para a sociedade. "Todas as manifestações recebidas serão registradas e consolidadas em relatório final, que será disponibilizado também no site da Arsp", afirmou. Disse ainda que não há previsão para que isso ocorra.

A decisão de divulgar os endereços dos imóveis que não estão interligados à rede de esgoto atende ao pedido do Conselho Estadual de



Esgoto sendo lançado na Baía de Vitória, na Avenida Beira-Mar: imóveis sem ligações devem ser divulgados

Transparência, que levou em conta o direito à informação. O pedido foi levado ao conselho pela ONG Transparência Capixaba após uma série de reportagens de A GAZETA que mostrou a situação da falta de ligações de esgoto na Grande Vitória.

De acordo com o secretário-geral da ONG, Edmar Camata, no último dia 9 a Comissão Mista de Reavaliação da Informação, do

governo do Estado, decidiu, de forma unânime, que as informações sejam divulgadas pela Cesan, que alega não fazê-lo para preservar a privacidade dos usuários.

Ele assegura que há 20 dias pediu a lista à Cesan. "E no dia 30 de agosto, último dia para a resposta, fui informado que devido ao grande volume de informações a consolidar seriam precisos mais dez dias. No dia 11, a

Cesan me respondeu que não iria divulgar os dados, alegando que irá fazer uma consulta pública".

RECURSO

A ONG entrou ontem com um recurso administrativo contra a Cesan, e "diante de mais um descumprimento da Lei de Acesso à Informação", vai à Justiça.

"A Cesan está omitindo, irregularmente, informa-

ções que são públicas, isso é uma falta de transparência grave. O remédio contra isso é a judicialização. Em cinco dias, se os dados não forem passados, ingressaremos com uma ação judicial."

Os imóveis estão espalhados pelos 27 municípios do Estado que são atendidos pela Cesan. Segundo Edmar, com a posse da relação será feito um trabalho de conscientização com as as-

A GAZETA mostrou promessa do governo

sociações de moradores.

"A pergunta que se faz é porque a Cesan esconde esses dados. Ela pode estar protegendo órgãos públicos que deixam de fazer a ligação ou pode estar escondendo que a rede de ligação dela não está pronta como tem sido divulgado", diz Edmar.

A Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) informou que acompanha o processo de regulamentação pela Arsp.

VITOR JUBINI - 15/05/2017



Divulgação de quem não liga esgoto continua na promessa

Relação de imóveis foi prometida pelo governo no mês passado, mas não tem data para sair

O governo do Estado ainda não definiu a data para divulgar os endereços dos imóveis que não se ligaram à rede de esgoto da Cesan, embora possuam infraestrutura de esgotamento sanitário à disposição. A divulgação foi anunciada no mês passado como uma medida inédita de transparência. A consulta pública aberta pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp), que vai definir as regras dessa divulgação, deveria ser encerrada no último dia 2, mas foi prorrogada para o próximo dia 18.

A Arsp informou que o prazo foi estendido devido à relevância do tema para a sociedade. “Todas as manifestações recebidas serão registradas e consolidadas em relatório final, que será disponibilizado também no site da Arsp”, afirmou. Disse ainda que não há previsão para que isso ocorra.

A decisão de divulgar os endereços dos imóveis que não estão interligados à rede de esgoto atende ao pedido do Conselho Estadual de Transparência, que levou em conta o direito à informação. O pedido foi levado ao conselho pela ONG Transparência Capixaba após uma série de reportagens de A GAZETA que mostrou a situação da falta de ligações de esgoto na Grande Vitória.

De acordo com o secretário-geral da ONG, Edmar Camata, no último dia 9 a Comissão Mista de Reavaliação da Informação, do governo do Estado, decidiu, de forma unânime, que as informações sejam divulgadas pela Cesan, que alega não fazê-lo para preservar a privacidade dos usuários.

Ele assegura que há 20 dias pediu a lista à Cesan. “E no dia 30 de agosto, último dia para a resposta, fui informado que devido ao grande volume de informações a consolidar seriam precisos mais dez dias. No dia 11, a Cesan me respondeu que não iria divulgar os dados, alegando que irá fazer uma consulta pública”.

RECURSO

A ONG entrou ontem com um recurso administrativo contra a Cesan, e “diante de mais um descumprimento da Lei de Acesso à Informação”, vai à Justiça.

“A Cesan está omitindo, irregularmente, informações que são públicas, isso é uma falta de transparência grave. O remédio contra isso é a judicialização. Em cinco dias, se os dados não forem passados, ingressaremos com uma ação judicial.”

Os imóveis estão espalhados pelos 27 municípios do Estado que são atendidos pela Cesan. Segundo Edmar, com a posse da relação será feito um trabalho de conscientização com as associações de moradores.

“A pergunta que se faz é porque a Cesan esconde esses dados. Ela pode estar protegendo órgãos públicos que deixam de fazer a ligação ou pode estar escondendo que a rede de ligação dela não está pronta como tem sido divulgado”, diz Edmar.

A Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) informou que acompanha o processo de regulamentação pela Arsp.

Justiça determina construção de barragens em Linhares

O juiz Thiago Albani de Oliveira, da Vara da Fazenda Pública Estadual e Municipal de Linhares, no Norte do Estado, determinou que a mineradora Samarco construa barragens com comportas para proteger os rios e lagoas que abastecem o município, além de permitir o processo de troca de águas e repovoamento de peixes nos ma-

nanciais da região.

O objetivo da medida, conforme decisão judicial, é impedir que a Bacia Hidrográfica do Rio Doce seja contaminada pelos rejeitos da barragem de Fundão, que se rompeu em novembro de 2015, no município de Mariana (MG).

De acordo com o secretário de Meio Ambiente de Linhares, Lu-

cas Scaramussa, a decisão foi tomada dentro de ação impetrada pelo município.

“É preciso que todos esses barramentos provisórios construídos à época da tragédia no Rio Doce sejam substituídos por barragens definitivas, com o fluxo de água e de peixes para que esses mananciais sejam repovoados, retendo a entrada das águas do Rio Doce em determinadas épocas do ano, devido às enchentes”, esclareceu Scaramussa.

O prazo para a conclusão dessas construções de barramentos com comportas é de 13 meses e, em caso de descumprimento da ordem judicial, será aplicada uma multa de R\$ 50 mil por dia.

Por meio de nota a Samarco não informou se já recebeu a notificação, mas que vai tomar as devidas providências judiciais. A mineradora declarou ainda que não há estudos técnicos que justifiquem a construção de barramento nos afluentes do Rio Doce.



BARRAGEM construída no Rio Pequeno de forma provisória

Briga na Justiça para não pagar rombo da Petros

Funcionários e aposentados tentam evitar novo desconto no salário ou benefício para injetar 14 bilhões no fundo da Petrobras

Heloiza Camargo

Depois do anúncio de que funcionários da Petrobras em todo o País terão de contribuir com um percentual do salário ou benefício para injetar R\$ 14 bilhões na Fundação Petrobras de Seguridade Social da empresa, a Petros, entidades que representam os trabalhadores prometem ir à Justiça.

A Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros (Ambep), por exemplo, de acordo com informações do jornal Valor Econômico, planeja entrar com ações judiciais contra a contribuição extra. A medida já havia sido aprovada em outubro passado, mesmo antes do anúncio do plano.

Também antes do anúncio, no último dia 1º, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) ingressou com uma interpelação judicial questionando a cobrança.

A Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) é outra entidade que vai questionar na Justiça o plano de ajuste no fundo de pensão da estatal.

No Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) – o chamado Petros 1 – há, no Brasil inteiro, 65 mil aposentados e pensionistas e 11 mil trabalhadores na ativa. Desse total, 1.652 são segurados capixabas, sendo 412 ativos e 1.240 aposentados e pensionistas.

Todos eles vão dividir o prejuízo com a Petrobras, a BR Distribuidora e a própria Petros. A empresa vai contribuir com R\$ 13,7 bilhões, R\$ 1,5 bilhão já no primeiro ano.

O plano de equacionamento do PPSP foi aprovado na última terça pelo Conselho Deliberativo do fundo e apontou um déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado entre 2013 e 2015 que, com juros e multa, chegam a R\$ 277 bilhões de prejuízo.

Uma parte será paga pela própria Petrobras e outra (R\$ 14 milhões) pelos funcionários, por meio de contribuições extraordinárias durante 18 anos.

Em entrevista concedida na última quarta-feira ao jornal **A Tribuna**, o diretor financeiro do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (Sindipetro-ES), Davidson Lomba, que também é diretor da Federação Única dos Petroleiros, afirmou ser injusto que os petroleiros, depois de 20 anos de contribuição, agora tenham sua expectativa de aposentadoria segura frustrada por má gestão da Petrobras.



SEDE da Petrobras no Rio de Janeiro: contribuições extraordinárias durante 18 anos para cobrir rombo na estatal

Prefeitura vai voltar a Justiça para desocupar prédio em Vitória

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/09/prefeitura-vai-voltar-a-justica-para-desocupar-predio-em-vitoria-1014100026.html

Homem é preso acusado de abusar de cinco meninos em Cariacica

Investigações apontaram que ele usava pequenas quantidades de dinheiro e doces para atrair as crianças até a residência onde morava sozinho

Um homem de 60 anos foi preso acusado de abusar sexualmente de cinco crianças, com idades entre 9 e 11 anos, no bairro Nova Brasília, em Cariacica. Benício Assis Pereira de Jesus é auxiliar de produção e morava sozinho no bairro. Segundo a polícia, era dentro da residência dele que aconteciam os abusos.

De acordo com o delegado Lorenzo Pasolini, o acusado usava doces e dinheiro para chamar a atenção das crianças. “Iniciava atraindo com pequenas quantias de até R\$ 20, que as crianças utilizavam para comprar brinquedos e pipa na região”, disse.

Segundo Pasolini, os abusos aconteceram durante quase um ano. As investigações começaram em dezembro de 2016, quando um jovem de 17 anos afirmou ter flagrado o irmão mais novo, de 11 anos, praticando sexo oral com o auxiliar de produção. A polícia foi acionada e o homem foi conduzido para a delegacia, mas acabou liberado.

O caso chocou os moradores. Na época, a casa de Benício chegou a ser destruída e o auxiliar de produção desapareceu. Em agosto foi expedido um mandado de prisão preventiva contra ele pela Vara Criminal de Cariacica, pelo abuso do menino e das outras 4 vítimas.

Após denúncias, o auxiliar de produção foi preso no local de trabalho, em Vitória, no último sábado (9). Ele responde na justiça por cinco crimes de estupro de vulnerável. Por cada caso, pode pegar entre 8 e 10 anos de prisão.

Em seu primeiro depoimento ao delegado do caso, Benício negou os abusos. Em entrevista, disse que tudo não passa de fofoca. “Isso foi linguarada, eu não faço isso. Eles inventaram porque eram filhos de traficantes e falavam que os pais gastavam todo dinheiro e não dava nada para eles”, disse o auxiliar de produção.

Com as investigações, segundo o delegado, não restaram dúvidas que ele era o abusador. “Nós prosseguimos ouvindo testemunhas, outras vítimas e fazendo o relatório de acompanhamento psicossocial delas. Com isso, concluímos que este homem era responsável pelo abuso de cinco crianças em Cariacica”, afirmou.

Homem preso suspeito de abusar de meninos, em Cariacica

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/09/1505429402784363618.html>